Cria, na estrutura da Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Assessoria de Projetos.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos art. 129 da Constituição do Estado, que disciplina as atribuições e finalidades do sistema de controle interno, realçando a sua importância na organização da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir-se, mediante ações de orientação e controle, a regular gestão dos recursos públicos, no que tange aos princípios da economicidade e da eficiência,

RESOLVE

Art. 1º – Fica criada, na estrutura da Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Assessoria de Projetos.

Art. 2º – Compete ao Assessor de Projetos, sempre que provocado pelos órgãos de direção da Procuradoria-Geral de Justiça e da Secretaria-Geral do Ministério Público:

- I – acompanhar a elaboração de Projetos Básicos para contratação de serviços e obras;
- II – acompanhar a elaboração de Termos de Referência para aquisições de qualquer natureza;
- III – acompanhar, sem prejuízo do órgão fiscalizador indicado no contrato, sua fiel execução, mantendo registros de eventuais aprimoramentos da elaboração de novo projeto básico ou termo de referência;
- IV – responder a consultas sobre Projetos Básicos e Termos de Referência;
- V – elaborar estudos e oferecer orientações visando à multiplicação do conhecimento no que se refere à elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência;
- VI – gerenciar as informações técnicas contidas em banco de dados, bem como responsabilizar-se pela distribuição de dados destinados ao atendimento do princípio da eficiência nas contratações a serem realizadas.

Art. 3º – Todo projeto básico ou termo de referência para aquisição de bens ou contratação de serviços e obras deverá ser instruído com informações precisas sobre a necessidade da contratação, devendo ser ratificado pela Assessoria de Projetos quanto à devida caracterização e à quantificação do objeto.

Parágrafo único – Para os fins do *caput*, poderá ser a Assessoria de Projetos dotada de setor técnico especializado, especialmente nas áreas de engenharia e tecnologia da informação, podendo, caso não conte com servidor capacitado, colher manifestação de profissional habilitado disponível nos quadros da Instituição.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2009

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça